

REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL NO OESTE CATARINENSE

Rosana Maria Badalotti - UNOCHAPECÓ, SC, Brasil;
Arlene Renk - UNOCHAPECÓ, SC, Brasil;
Eliane Salete Filippim - UNOESC, SC, Brasil;
(professoras/pesquisadoras)
Andressa Bertoncello - UNOCHAPECÓ, SC, Brasil;
Adriana May Rossy - UNOCHAPECÓ, SC, Brasil;
Edes do Amaral - UNOCHAPECÓ, SC, Brasil;
Rosilene Dallazen - UNOCHAPECÓ, SC, Brasil.
(acadêmicos/bolsistas)

1. Introdução

A agricultura familiar na Região Oeste tem se apresentado historicamente como uma forma de organização dos meios de produção e um modo de vida fundamental para a reprodução social de agricultores familiares. A passagem do campesinato tradicional para a agricultura familiar moderna, transformou o modo de vida e as atividades produtivas anteriores, principalmente em decorrência da modernização da agricultura. A partir dos anos 80, a região passa a experimentar um processo de “crise” sócio-econômica e ambiental que limita o modo de vida anterior exigindo dos agricultores novas estratégias e alternativas de viabilização econômica e reprodução social. Neste contexto surgem inicialmente os movimentos de base, ligados à Igreja e ao Novo Sindicalismo, e a partir dos anos 90 a constituição de uma rede de agentes não-governamentais que passam a atuar como mediadores na busca de alternativas para os pequenos agricultores familiares. Estudos teóricos e empíricos a partir dos anos 90 têm se preocupado em demonstrar os processos de mudança ocorridos do campesinato à agricultura familiar, bem como as estratégias de reprodução social, advindas destes processos no Oeste Catarinense (BACH, 2001; BADALOTTI 2003, BADALOTTI E REIS, 2005; RENK, 1997, 2000; SILVESTRO, 1995; POLI, 2002).

Neste sentido, são escassas as pesquisas que enfatizam a importância da juventude rural para a viabilização econômica e reprodução social da agricultura familiar na Região Oeste. (ABRAMOVAY, 1998, SILVESTRO, 2001). O que se constata na região - e em nível de Brasil - é o forte êxodo rural dos jovens que saem do campo em virtude do pouco investimento econômico, cultural, social e a escassez de políticas para a sua permanência no campo.

Na região Oeste de Santa Catarina mais de dez por cento (10%) das famílias não apresentam sucessores, o que é um grande problema, pois estas propriedades acabam entrando no circuito da grande propriedade, reduzindo o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho. Neste sentido, a agricultura familiar tem importância fundamental como fonte de geração de trabalho, renda e inclusão social, possibilitando a valorização e a permanência do jovem no campo. Diante destas premissas nos colocamos como problemática de pesquisa pensar no que se tem promovido para a permanência dos jovens que desejam continuar no campo, mas que se sentem impedidos diante das pressões econômicas, sociais, culturais, bem como verificar as alternativas que se tem proporcionado e/ou podem ser proporcionadas para a permanência do jovem na agricultura familiar no Oeste Catarinense.

Para analisar como este processo vem ocorrendo, propusemo-nos a identificar e descrever os espaços, programas e ações nos quais se promove a viabilização da agricultura familiar e a permanência do jovem no meio rural. Partimos, para isto, de um olhar multidisciplinar integrando diversos campos de conhecimento.

Como Objetivo Geral nos propusemos a: Identificar os espaços, programas e ações em que se promove a viabilização da agricultura familiar e permanência do jovem no meio rural no Oeste Catarinense.

Como objetivos específicos nos propusemos a: 1. Mapear os espaços (Movimentos Sociais, prefeituras, ONGs, Conselhos, Fóruns, Secretarias Municipais, Igrejas, Sindicatos, Cooperativas Familiares, Associações etc.) de elaboração e efetivação de políticas e ações para a viabilização da agricultura familiar; 2. Identificar os projetos, programas e ações que viabilizam a permanência dos jovens no meio rural; 3. Verificar espaços alternativos de educação e cursos de capacitação oferecidos por diferentes agentes governamentais e não governamentais para jovens rurais.

É importante ressaltar que a idéia deste projeto surgiu da iniciativa de uma proposta elaborada por acadêmicos do Curso de Psicologia da UNOCHAPECÓ (Universidade Comunitária Regional de Chapecó) e resultou em 3 outros projetos que estão em andamento: Projeto de Iniciação Científica/ mérito universitário, aprovado pela FAPESC (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina) em edital no ano de 2006; Projeto que pretende reunir professores pesquisadores da UNOCHAPECÓ, UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina) e UNC (Universidade do Contestado) para a constituição de um Grupo de Pesquisa Interinstitucional em Desenvolvimento Rural¹; Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de duas

¹ A constituição deste grupo é resultado de um processo de parcerias e convênios estabelecidos entre UNOCHAPECÓ, UNOESC e UNC. Como parte deste convênio pretende-se encaminhar proposta de mestrado interinstitucional em Desenvolvimento Rural a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para avaliação e que congrega pesquisadores das instituições citadas, entre os quais os pesquisadores deste projeto.

acadêmicas do Curso de Psicologia da UNOCHAPECÓ em fase de elaboração intitulado: Juventude rural, movimentos sociais e subjetividades: compreendendo estas interfaces no processo de reprodução social da agricultura familiar.

A problemática da juventude rural precisa ser sistematizada e organizada no intuito de possibilitar o desenvolvimento científico, proposição de alternativas e modelos econômicos mais sustentáveis para a agricultura familiar e para o jovem rural, além da implementação de políticas de desenvolvimento rural que valorizem estas características.

Instigados pela percepção de que há uma ínfima produção científica sobre a relação entre agricultura familiar e juventude rural no Estado de Santa Catarina e considerando o fato de que a região oeste de Santa Catarina caracteriza-se historicamente como uma região essencialmente rural e, a partir dos anos 80 vivencia uma crise (sócio-econômica e ambiental), o debate sobre a juventude rural torna-se urgente e importante para a agricultura familiar e reprodução social deste sistema, bem como para o desenvolvimento rural desta região.

Nesse sentido, compreende-se a região também em relação ao papel que cabe às instituições de construir e constituir-se como autoridade científica a respeito das problemáticas e alternativas de possibilidade de resolução/resolutividade às questões rurais. Considerando a urgência em estudos científicos, do ponto de vista multidisciplinar às questões pontuadas, apresenta-se a proposta como indispensável para a produção de conhecimento, possibilitando às instituições de extensão social (públicas, privadas, do terceiro setor) apropriarem-se dessa acumulação crítica para ações interventivas.

Os resultados deste artigo são iniciais e correspondem a um mapeamento exploratório de espaços de elaboração e efetivação de políticas e ações para a viabilização da agricultura familiar. O universo de pesquisa não está limitado a municípios específicos e tampouco às práticas realizadas em unidades de produção familiares, mas sim às ações voltadas para a formação política e técnica de agricultores familiares em geral, incluindo formações específicas para jovens rurais na Região Oeste. Neste sentido, os resultados iniciais correspondem à análise de uma ação específica: O Consórcio da Juventude Rural, parceria estabelecida entre MTE/MDA (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Agrário) e FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul).

1.1.Aspectos metodológicos.

Esta pesquisa se insere no contexto da pesquisa qualitativa, pois responde de maneira mais adequada aos propósitos do fenômeno investigado. Para responder aos objetivos propostos utilizamos a perspectiva metodológica sugerida por Bourdieu (1996 (a), 1996 (b)) que enfatiza as

relações entre objetivismo e subjetivismo. Pensamento e realidade, representações e práticas, ideologia e vida material, enquanto dualidades que têm marcado a análise das “representações sociais” e a multiplicidade de significados e interpretações advindos desta análise.

De acordo com Minayo (1995, p. 89), nas Ciências Sociais as representações sociais “são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. A relação entre pensamento e realidade, representações e práticas e ou ações, objetividade e subjetividade, ideologia e vida material, etc, são dualidades que têm marcado a construção do conceito e a multiplicidade de significados e interpretações atribuídas a ele.

Por outro lado, além de levar em conta as contribuições de Bourdieu na análise das representações e práticas, utilizamos também a perspectiva interpretativista de Geertz (1989), que sugere como recurso teórico-metodológico, a elaboração de uma “descrição densa”, ou seja, a construção de uma leitura das bases sociais e sua significação. A perspectiva de Geertz enquanto recurso se aplicará tanto para a análise dos significados dos discursos e representações contidos nas entrevistas, bem como nos discursos contidos nos textos, documentos, etc.

Neste sentido, os resultados deste *paper* apontam inicialmente para uma análise exploratória do contexto macro, em que identificamos e mapeamos alguns espaços e ações voltadas para a viabilização da agricultura familiar, entre as quais descreveremos um Programa. Nossa preocupação inicial foi demonstrar que as estratégias de reprodução social da agricultura familiar na Região Oeste estão historicamente ligadas às ações dos mediadores (mais particularmente ao Movimento Sindical a partir dos anos 80 e atuação das ONGs a partir dos anos 90), o que possibilitou a uma parcela de agricultores familiares, envolverem-se num processo de buscas de estratégias de reprodução social, tanto internas quanto externas à unidade de produção, na medida em que tais estratégias envolvem também a organização da agricultura familiar a partir dos movimentos sociais e sindicais.

Para este primeiro momento da pesquisa utilizamos os seguintes instrumentos: entrevistas abertas com mediadores da FETRAF-Sul; análise de documentos institucionais e pesquisa bibliográfica. Gostaríamos de ressaltar que consideramos os dados das entrevistas bem como os documentos institucionais, enquanto representações/discursos na medida em que refletem pontos de vistas sobre a temática investigada.

2. Contexto da pesquisa: a Região Oeste de Santa Catarina

O Oeste Catarinense possui particularidades históricas decorrentes do processo de colonização, que culminaram em um sistema econômico e político diferenciado. A economia esteve

inicialmente baseada na pequena produção familiar agrícola, base que sustentou o surgimento das atividades comerciais e industriais que hoje caracterizam a região.

A forma como a ocupação do oeste catarinense foi realizada, principalmente a partir da atuação das empresas colonizadoras, não definiu somente o sistema econômico e político da região, mas possibilitou a constituição de um sistema de valores culturais baseado nas relações interétnicas e mais especificamente na construção de representações contrastivas entre os colonos ou conforme sua autodenominação, os de “origem” e os “brasileiros”. Estas representações passaram a fazer parte do discurso de diferentes agentes e se traduziram na “eficácia” do projeto colonizador que encontrou na exclusão da população constituída pelos brasileiros a justificativa e legitimação de um processo que construiu um modelo de agricultor - o colono - conveniente a um “país com vocação agrícola”.

O processo de colonização e o uso das áreas destinadas à agricultura provocaram na região oeste um quadro ambiental que ocasionou um sucessivo desmatamento dos espaços de floresta em espaços de produção agrícola. A expansão urbana e industrial também se utilizou demasiadamente dos recursos naturais, principalmente no que diz respeito às atividades das madeireiras.

As atividades econômicas nesta região a partir de 1964, têm na relação com a pequena produção familiar, em diferentes momentos históricos, a base da expansão agroindustrial. De acordo com Campos (1987, p. 142), “a pequena produção familiar presente na região oeste apresenta uma diversidade interna, existindo desde o agricultor “sem terra” até o produtor familiar modernizado, diversidade esta que não corresponde a uma concepção homogênea do campesinato” (...) “isto porque não apresenta determinações inerentes, mas historicamente definidas”.

Até os anos 40, as principais atividades econômicas da região eram a produção de grãos que estava restrita a um mercado mais local e regional e a comercialização da madeira, que constituía uma atividade mais abrangente, devido às exportações realizadas por balsas no Rio Uruguai. Já nos anos 50, com a melhoria das estradas locais e regionais, o transporte de madeira passou a ser realizado através de caminhões, o que promoveu uma acumulação de capital principalmente para os madeireiros e colonizadores. Esta acumulação os levou a investir em outras atividades como o comércio, o transporte e a indústria. As mercadorias produzidas localmente começaram a ser transportadas para outros centros comerciais. Os próprios comerciantes, intermediários entre os pequenos produtores e os centros comerciais, passaram a realizar os transportes das mercadorias, pois estes possuíam recursos financeiros que possibilitaram a compra de caminhões.

De acordo com Silvestro (1995, p. 110), com a expansão da agroindústria na região, “o ambiente econômico e social externo, antes colocado como relativamente homogêneo, permitindo a igualdade e a previsibilidade das estratégias de reprodução, começa a se transformar mais profundamente, provocando o início da metamorfose estrutural na agricultura familiar de origem

colonial”. É neste sentido que também para o autor (idem, ibidem) “o potencial de produção da agricultura na região, permitiu a constituição do capital agroindustrial. A suinocultura se firma como a principal atividade agropecuária da grande maioria dos pequenos agricultores, e a relação entre a agroindústria e a pequena produção começa a se estreitar chegando ao nível do processo produtivo”.

Portanto, na atualidade as atividades econômicas da Região Oeste passam a estar diretamente relacionadas à agropecuária (setor primário, secundário e terciário). A estrutura fundiária é caracterizada pelo minifúndio com predomínio de pequenas unidades de produção, sendo que 94,8% das propriedades possuem entre 10 e 50 ha. As demais, o que corresponde a 5,2%, possuem mais de 50 ha (IBGE, 1995-1996). A região tem sua economia constituída basicamente pela atividade agrícola e pela transformação de seus produtos, conferindo-lhe um alto grau de dependência econômica do setor agropecuário. O setor secundário é dominado por indústrias agroalimentícias, tanto em movimento econômico quanto em ocupação de mão-de-obra. As atividades comerciais e de serviços também estão direta ou indiretamente, ligadas ao segmento (Testa et al., 1996).

Conforme Silvestro (2001), a agricultura familiar apresenta-se no oeste catarinense como grande responsável pelo crescimento econômico regional, pois 95 municípios da região produzem mais de 50% do Valor da Produção Agrícola do Estado, sendo que há 75 mil unidades familiares de produção, segundo dados censitários do IBGE de 2000 citados pelo autor.

O que se vivencia hoje é a perda de competitividade dinâmica da região em função do esgotamento desse modelo de desenvolvimento, seja pelo impacto ambiental, estagnação dos investimentos dos clusters de carnes e sua crescente expansão/transferência para regiões com competitividade infra-estruturais mais vantajosas. A crise no setor agropecuário se reflete na exclusão social das famílias que habitam a região. A pobreza no meio rural, juntamente com a crise da agropecuária, influenciam decisivamente o êxodo rural.

Diante deste contexto de crise é preciso ressaltar que a agricultura familiar como forma de organização dos meios de produção apresenta-se como uma alternativa que tem grande importância social e econômica para a reprodução econômica e social das famílias na produção de alimentos e transformação dos mesmos através das agroindústrias familiares, conhecidas como agroindústria de pequeno porte. A realidade da agricultura familiar vem ao encontro de diferentes propostas governamentais e não-governamentais que visam à valorização da mesma como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico sustentado no meio rural.

Apesar das estatísticas apresentarem a agricultura familiar como fundamental para o crescimento econômico da região, tais dados não dão conta de explicar os processos de migração e êxodo rural e o empobrecimento de um número significativo de unidades de produção familiar. As pesquisas e diagnósticos realizados a partir dos anos 90, apontam para o esgotamento do modelo de desenvolvimento alicerçado apenas no crescimento econômico. O que antes era visto como fonte inesgotável de crescimento econômico – o meio ambiente e as práticas econômicas (agricultura, agropecuária) -, são hoje vistas como os fatores limitantes para o desenvolvimento, impossibilitando a reprodução social da agricultura familiar.

A partir dos anos 90, inicia-se na Região uma discussão sobre desenvolvimento rural sustentável e Agroecologia, fruto de debates realizados entre técnicos, movimentos sociais, ONGs, grupos de agricultores e diferentes agentes ligados à agricultura familiar, composição social de agentes que passa a constituir uma Rede de Viabilização da Agricultura Familiar. (BADALOTTI, 2003; BADALOTTI e REIS, 2005).

É na cidade de Chapecó e em seu entorno que estão localizadas as sedes de vários agentes envolvidos com projetos e programas de assessoria, formação, capacitação e assistência técnica à agricultura familiar.

O desenvolvimento rural sustentável e a agroecologia passam a orientar as ações, projetos e programas das organizações não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos da agricultura familiar e outros agentes, que a partir de cursos de formação, de gestão e de profissionalização passam a disseminar conhecimentos teóricos e práticos aos agricultores familiares.

3. Primeiras reflexões teóricas.

O uso da categoria *agricultura familiar* nesta pesquisa refere-se ao fato de que o conceito abrange características essenciais para a apreensão da universalidade e da diversidade existente neste sistema. Neste sentido, estamos nos referindo a um universo que de uma maneira geral apresenta características comuns, mas que ao mesmo tempo assume uma “grande diversidade de formas sociais”. De acordo com Wanderley (1999, p. 25):

O ponto de partida é o conceito de *agricultura familiar*, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

De antemão, é importante ressaltar que a concepção de agricultura familiar não é tão recente e que tampouco substituiu a de campesinato. Para a mesma autora (idem, ibidem):

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Segundo a autora, o que tem diferenciado o uso da categoria nos últimos anos no Brasil, tem sido o significado e a abrangência que lhe estão atribuindo. Tem se falado de agricultura familiar “como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada” (idem, p.24).

De acordo com Wanderley, os estudos sobre agricultura familiar a partir dos anos 90, passaram a se ocupar da diversidade de situações empíricas e processos que envolvem os diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos com a questão. A preocupação não se centra mais somente nos modos de produção e nos aspectos que caracterizam a organização interna das unidades familiares. A agricultura familiar passou a ser pensada em diferentes contextos que envolvem questões referentes aos movimentos de migração, ao crescimento do êxodo rural, a significação das fronteiras agrícolas, a ampliação das atividades rurais em sua relação com a produção mercantil, as motivações e estratégias dos indivíduos, famílias e grupos sociais envolvidos com a luta pela terra e a reprodução social camponesa. (idem, p. 29-30)

Para a autora (idem, p.30-31), a reprodução da agricultura familiar, sobretudo num país com uma história como a do Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores. Porém em contextos específicos, as políticas agrícolas foram definidoras em processos de colonização e ocupação de determinadas regiões. Neste sentido o papel do Estado, constitui um agente de principal importância, cuja atuação se orientou ora no sentido da exclusão econômica e social de parcelas importantes da população camponesa, ora no sentido inverso, de inserção de outras parcelas, ora ainda com objetivos clientelísticos, através de medidas assistencialistas, em muitos casos meras reprodutoras da miséria rural e urbana.

O conceito de reprodução social conforme desenvolvido por Almeida (1986, p.67) será adotado nesta pesquisa, pois remete para a dinâmica que leva os agricultores familiares – e neste caso os jovens rurais - a buscarem formação específica para a viabilização econômica da unidade produtiva, bem como estratégias em longo prazo que visam a reprodução das famílias de geração para geração.

A noção de reprodução social (de produção da sociedade) foi formulada em nível macro por Marx. Antropólogos enfatizaram que os átomos da reprodução são famílias. Fortes, em artigo de 1958, define reprodução social como o processo de "manter, repor e transmitir o capital

social de geração para geração", sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um "movimento governado por suas relações com o campo externo" (apud, Fortes, 1971, p.87).

Neste contexto amplo em que se estabelece uma relação íntima entre trabalho, família, e relações sociais, a nossa hipótese é de que os jovens rurais possuem papéis importantes para a reprodução social e manutenção da agricultura familiar não somente nas estratégias micro, que envolvem as atividades produtivas internas às propriedades rurais, mas também adotam estratégias de longo prazo, a partir de uma dinâmica que envolve o grupo familiar e relações com agentes externos. Segundo Almeida (idem, ibidem):

(...) no lugar da idéia opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital aparece à idéia de reprodução da família para si (no ciclo longo e curto) articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Uma maneira de expressar tudo isso é dizer que famílias adotam estratégias micro (de curto e longo prazo) como resposta a pressões econômicas e políticas (preços, leis).

O universo chamado de agricultura familiar na Região Oeste assume formas heterogêneas, entre as quais pretendemos identificar o papel ocupado pelo jovem rural nas relações sociais, espaços políticos, projetos e alternativas de viabilização da agricultura familiar.

Este fragmento extraído do livro *Sociodidécia às avessas* (Renk, 2000), é a fala de um jovem militante do Movimento Sem Terra (MST) e retrata a realidade do jovem que se percebe como agente promotor de mudanças, mas que não se sente reconhecido e valorizado pelos "adultos". É neste sentido, que a problemática chama-nos para o debate e a reflexão.

A juventude está indo cada vez mais pra trás. O pai não tem condições de comprar terra, porque a produção agrícola não paga justamente, como seria merecido, e que sobre alguma coisa, não é fácil. Futuro? Só mudando tudo. A juventude tem condições de mudar, mas quem leva nos comandos são adultos. Os jovens podem fazer mais força, mais quantia, mais número de pessoas, mas quem manda é meia dúzia que tem dinheiro, o que o jovem não tem (Renk, 2000, p.65).

É importante ressaltar que a história do campesinato e da agricultura familiar na Região Oeste a partir dos anos 70, passou a sofrer mudanças significativas em seus processos produtivos e modos de vida, em decorrência das mudanças advindas do processo de modernização agrícola.

Segundo Poli (2002) com a modernização agrícola, principalmente a partir da segunda metade da década de 70, a divisão interna do trabalho na unidade camponesa passou a sofrer mudanças, impedindo a reprodução da família nos moldes tradicionais. A exigência de incorporação de tecnologias (máquinas, insumos, etc), visava cada vez mais uma produção voltada para o mercado, o que ocasionou a descapitalização de muitas famílias provocando uma desestabilização na produção agrícola, bem como a existência de excesso populacional, deixando os filhos que cresciam sem alternativas de continuação no campo.

Este contexto provocou, portanto, um quadro de desestabilização para as reproduções camponesas, alterando com isso a divisão de trabalho na unidade familiar, ocasionando, em muitos casos, a busca de mercado de trabalho urbano e de êxodo rural. É neste contexto que o jovem não vê perspectivas de continuidade na agricultura e, se no período anterior à crise vivenciada a partir dos anos 70, o anseio de permanência e de continuidade mobilizava a todos os membros familiares, fazendo com que muitos jovens deserdados sentissem-se excluídos de sua condição camponesa, o período posterior é de dificuldade para o encontro de sucessores na reprodução social do campesinato (RENK, 2000). Segundo Silvestro et. al. (2001, p. 8), na região Oeste:

(...) mais de dez por cento das famílias hoje dedicadas a essa agricultura não tem sucessores. Os filhos foram embora, optaram por viver e trabalhar na cidade e em outras regiões. Para a sociedade é um problema que estas terras não venham a reentrar no circuito de reprodução da mesma agricultura familiar e que, por meio do mercado, acabem sendo incorporadas pela grande propriedade e/ou dedicada à pecuária extensiva, que reduz o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho.

Além das questões internas relacionadas à unidade familiar, a partir do início da década de 70, passou a configurar-se na região a organização de movimentos sociais camponeses preocupados em buscar novas estratégias de reprodução social para as famílias de agricultores. É justamente neste contexto de mudança no campesinato que surgem nos anos 80 os movimentos sociais no Oeste Catarinense² e como consequência destes, a partir dos anos 90 também as ONGs, preocupadas em representar e assessorar alternativas de viabilização para a agricultura familiar.

De acordo com Badalotti e Reis (2005, p.124), “a partir do final dos anos 80, a idéia de desenvolvimento sustentável surge em um momento de crise (sócio-econômica e ambiental) onde o próprio modelo de desenvolvimento regional, alicerçado apenas no crescimento econômico, encontra o seu limite e a sua insustentabilidade”. Estes limites têm impossibilitado a reprodução da agricultura familiar na região.

A discussão sobre desenvolvimento rural sustentável é fruto principalmente de discussões realizadas entre técnicos, movimentos sociais, ONGS, grupos de agricultores e diferentes agentes ligados à agricultura familiar, composição social de agentes denominadas pelas autoras como uma *Rede de Viabilização da Agricultura Familiar*. (idem, p.125)

Esta Rede possui como princípios práticas alternativas de produção, bem como relações sociais que pressupõem a participação democrática, a auto-gestão, fóruns de discussão e proposição de políticas públicas objetivando um novo modelo de desenvolvimento.

² De acordo com Poli (1999, p. 76-158), os principais movimentos sociais que aconteceram no Oeste no período entre 1978 e 1987, foram o Movimento de Oposições Sindicais, o Movimento Sem-Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento de Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (MAB), todos analisados pelo autor como “Novos Movimentos Sociais”, nos termos propostos por Scherer-Warren (1993).

Entre as diferentes ações podemos destacar aquelas ligadas aos movimentos sociais, as ONGs e sindicatos da região, espaços nos quais buscaremos identificar a participação dos jovens rurais.

Dentre os diversos recortes sobre esta realidade, consideramos necessária à análise de uma das grandes polêmicas do espaço rural na contemporaneidade, qual seja: a não permanência do jovem no meio rural, interrompendo, desta forma, a reprodução social da agricultura familiar. Brumer (2006) afirma que muitas são as investigações sobre os motivos da saída, principalmente, das mulheres jovens do campo. Torna-se imprescindível que os estudos voltem o seu olhar para as possibilidades de permanência destes (as) jovens.

Neste sentido, a agricultura familiar tem importância fundamental como fonte de geração de trabalho, renda e inclusão social, possibilitando a valorização e a permanência do jovem no campo. No entanto, é necessário que se identifique políticas públicas voltadas para a viabilização da agricultura familiar de uma maneira mais ampla, bem como àquelas direcionadas especificamente à juventude rural.

Desta forma, torna-se necessário e imprescindível à realização de estudos sobre a juventude rural, pois conforme Weisheimer (2005, p.10) identificou em seus estudos sobre a temática, trata-se de "objeto ainda pouco estudado". Em sua pesquisa o autor realizou mapeamento e discussão sobre o conhecimento científico produzido sobre a juventude rural no Brasil, no período de 1990 a 2004, identificando o "estado da arte" neste campo de investigação. No que se refere ao Brasil constata que o número de livros, teses, dissertações, artigos é irrelevante e em relação à Santa Catarina, somente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui estudos publicados sobre a temática.

Ao aprofundarmos a problemática sobre a juventude rural deparamo-nos com uma diversidade de possibilidades de reflexão sobre o conceito de *juventude rural*. Consideramos necessário o debate sobre o assunto, pois acreditamos que o termo, por si só, não é auto-explicativo, ou seja, não o concebemos como um *a priori*, determinado e acabado em sua compreensão. Apoiamo-nos, neste sentido, em Weisheimer (2005) que aponta as publicações sobre o tema. Nestas pesquisas o conceito de juventude rural é apresentado a partir de cinco abordagens distintas, ora detendo-se a uma modalidade específica, outrora as combinando em diferentes nuances. A seguir faremos uma breve descrição dos principais elementos norteadores de cada conceituação e, logo após, apresentaremos a perspectiva de análise que orienta o desenvolvimento desta pesquisa:

→ *Faixa Etária*: Esta concepção do “ser jovem rural” é compreendida a partir do critério idade. Para isso, os autores fundamentaram-se em indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais. Questionando este conceito podemos

perceber que se embasa numa compreensão limitada ao parâmetro biológico, não abrangendo as dimensões histórico-culturais do “ser jovem”.

→ *Período de Transição ou Ciclo de Vida*: Nesta perspectiva a juventude é entendida sobre o ponto de vista de que é um período transitório, de preparação para o mercado de trabalho, tendo seu início com o aparecimento da puberdade. Neste sentido, a juventude acaba sendo pensada a partir do ponto de vista de um período passageiro, transitório, preparatório.

→ *Enfoque Geracional*: Esta abordagem centraliza as discussões no enfoque das gerações, compreendendo-a através da idéia de “situação” no processo social, ou seja, os ritmos de mudanças sociais possibilitam novos valores e ideais que são incorporados mais facilmente pelos jovens por não estarem completamente enredados no *status quo*.

→ *Juventude como Cultura ou Modo de Vida*: O olhar desta perspectiva sobre a juventude enfatiza-a como uma forma de expressão da cultura de massa. Nesse sentido está intimamente ligada à sociedade de consumo.

→ *Representação Social*: Segundo esta perspectiva o termo juventude refere-se a um conjunto de relações sociais específicas que são determinadas socialmente, ou seja, é a atribuição que se estabelece sobre quem é ou não pertencente a determinado grupo – no caso, de quem é ou não jovem para uma certa cultura/sociedade.

Em nossa análise a respeito da juventude rural privilegiamos o enfoque das representações sociais constituídas a partir dos agentes sociais propositores de ações e programas voltados para a viabilização da agricultura familiar, se contrapondo neste sentido a outras formas e modos de ser da juventude. Concordamos, neste sentido, com as colocações de Sallas e Bega (2006) sobre a juventude (ou juventudes) quando afirmam que além do elemento biológico para a percepção sobre o que é ser jovem, é essencial que tenhamos clareza sobre as dimensões sócio-culturais e políticas na determinação da conceituação de juventude para uma sociedade, ou seja, evidencia-se neste posicionamento a necessidade de conhecer quais são os parâmetros que o grupo utiliza para definir a juventude. Estamos nos referindo, portanto, a juventude rural no sentido atribuído a uma identidade constituída e construída a partir da participação em determinados espaços da agricultura familiar e mais especificamente a participação de jovens rurais no âmbito de um movimento sindical específico.

4. Análise dos Dados.

4.1. Mapeamento dos espaços de elaboração e efetivação das políticas e ações para a viabilização da Agricultura Familiar

Na fase exploratória de mapeamento dos espaços de elaboração e efetivação de políticas e ações para a viabilização da agricultura familiar na Região Oeste de Santa Catarina, identificamos espaços governamentais, não-governamentais, bem como parcerias estabelecidas entre agentes governamentais e não-governamentais.

De uma maneira geral estes espaços têm sua sede nas principais cidades da Região, sendo que as ações se estendem para os municípios do interior através da atuação das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's), das Associações de Municípios, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), dos Sindicatos Regionais de Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF's), do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito (CRESOL), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI), das Cooperativas Regionais de Produção, da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), da Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF), das Secretarias Municipais, ligadas às Prefeituras Municipais, dos diferentes Movimentos Sociais existentes na Região.

No que diz respeito aos programas e ações de viabilização da agricultura familiar, foi possível identificar uma diversidade seja no que diz respeito à composição entre os agentes responsáveis pelas ações e gestão de projetos, seja no que diz respeito aos objetivos, princípios, concepções ideológicas e políticas dos mesmos. Apenas como exemplos podemos citar: Programa Luz para todos (SDR's + Iguazu Energia + Governo Federal); Projeto Microbacias (SDR's + EPAGRI + FATMA + Guarda Policial Militar Ambiental + Secretaria de Estado e do Desenvolvimento Rural + Banco Mundial); Projeto Terra Solidária (FETRAF-Sul); Projeto Social de Habitação Rural (FETRAF-Sul + CUT + COOPERHAF); CONDAD – Consórcio de Segurança Alimentar (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome); Curso Técnico em Agropecuária com habilitação em Desenvolvimento e Agroecologia (FETRAF-Sul + Escola Agrotécnica Federal de Concórdia); Projeto Mulher (FETRAF-Sul); Seguro da Agricultura Familiar (Governo Federal/MDA).

É preciso destacar também, que os agentes sociais regionais ligados à agricultura familiar, desenvolvem um trabalho de assessoria com vistas a auxiliar as famílias de agricultores a acessar as diferentes categorias de crédito disponibilizadas pelo MDA.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do Governo Federal para apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamentos as agricultoras e os agricultores, bem como as suas associações e cooperativas. O PRONAF foi criado em 1995 para atender o pequeno produtor rural de forma diferenciada, mediante apoio financeiro ao desenvolvimento de

suas atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas com a força de seu trabalho e com o de sua família. (www.mda.gov.br)

4.2. Programas e ações para os jovens rurais do Movimento Sindical da FETRAF-Sul.

Em relação a projetos e ações específicas para os jovens rurais foram identificadas: Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar (FETRAF-Sul) e Consórcio Social da Juventude Rural (FETRAF-Sul + MTE + MDA). As duas ações na Região Oeste são gestadas pela FETRAF-Sul que possui sede na cidade de Chapecó – SC, representativa da micro-região de Chapecó.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar. No estado de Santa Catarina a FETRAF-Sul agrega 31 sindicatos, sendo que 50% deles estão localizados na Região Oeste. (www.fetrafsul.org.br)

Entre os objetivos da Federação além da organização sindical, cabe destacar: a organização de projetos alternativos para a agricultura familiar tendo em vista uma proposta de desenvolvimento sustentável e solidário; a constituição de grupos de produção, núcleos comunitários, associações e cooperativas. Para além da formação política e ideológica a Federação se propõe a capacitar teoricamente e tecnicamente os agricultores familiares para atividades alternativas de trabalho e renda. As ações e programas voltados para os jovens rurais não fogem destes princípios gerais.

O Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar é um espaço que reúne jovens rurais ligados aos coletivos da juventude rural da FETRAF-Sul dos três estados do Sul e tem como objetivo a discussão de temas e proposição de políticas e ações voltadas para a agricultura familiar e juventude rural. O primeiro acampamento aconteceu no município de Xanxerê – SC, em maio de 2003. De acordo com a FETRAF-Sul (2006, p.58) este encontro “(...) foi decisivo, pois elaborou um conjunto de propostas de políticas públicas que teve como eixo à necessidade de criar mecanismos de acesso a terra para os jovens da roça”.

A partir deste encontro foram realizados debates e vários seminários nas comunidades e municípios. Estes seminários resultaram em mobilizações da juventude rural nas três (3) capitais da Região Sul em novembro de 2003, “cuja pauta central era a reivindicação junto ao governo federal, da implantação do Programa ‘Nossa Primeira Terra’ ”. (idem, p.58-9)

O segundo Acampamento foi realizado em março de 2006 em Esteio – RS, onde se discutiu os temas da educação e da renda. Este encontro contou com a participação de jovens do estado da

Bahia, jovens da Federação Agrária Argentina (FAA) e da Comissão Nacional de Fomento Rural do Uruguai (CNFR), com os quais se iniciou intercâmbio que será realizado pela FETRAF-BRASIL/CUT.

De acordo com a avaliação da Federação estes encontros têm possibilitado uma “dinamização dos espaços de organização sindical, cada vez mais jovens assumem coordenações importantes nos sindicatos e organizações da agricultura familiar, conquistas importantes como o PRONAF Jovem e Nossa Primeira Terra”. Este processo é fundamental para a construção de uma identidade política da juventude da agricultura familiar, e mais do que isso permite superar a “visão histórica de que a agricultura familiar não tem como continuar existindo”. (idem, p.60)

O Consórcio da Juventude Rural – Sementes na Terra é uma parceria entre MTE / MDA e FETRAF-Sul e têm como objetivo geral: Promover espaços coletivos de formação de jovens agricultores (as) familiares em agentes de desenvolvimento, qualificando sua intervenção nas políticas públicas, para construção de alternativas de geração de renda e no seu processo organizativo.

A meta deste programa pretende atingir 700 jovens da base da FETRAF-Sul, em 22 turmas distribuídas no estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no período de oito meses. O perfil dos jovens envolvidos neste programa situa-se na faixa etária entre 16 e 24 anos, sendo que 70% dos jovens precisam estar estudando e 30% dos jovens podem ter concluído os estudos ou não estar estudando.

No Oeste Catarinense estão em processo de formação seis (6) turmas de jovens rurais nos seguintes municípios: Concórdia, Arvoredo, São Miguel do Oeste, Campo Erê, Guatambu e Coronel Martins.

De acordo com informações obtidas em entrevista realizada com os agentes da FETRAF-Sul, na sede localizada em Chapecó, a aprovação do Consórcio ocorreu em agosto de 2006 e se trata de uma adaptação do Consórcio da Juventude Urbana, política pública do Ministério do Trabalho que possui como foco o primeiro emprego.

O Consórcio da Juventude Rural possui especificidades que vão além da inserção no mercado de trabalho, e constitui uma conquista gerada através de debates e negociações com o MTE e MDA, juntamente com o Conselho Nacional da Juventude. Está em discussão também a ampliação do tempo do Consórcio Rural, que segundo a avaliação dos formadores da FETRAF-Sul, deve ser diferenciado na medida em que o processo de formação dos jovens rurais é um desafio que pretende atingir não só ao jovem, mas também a sua família.

Para além das especificidades das micro-regiões e municípios envolvidos com esta política, o Consórcio têm como objetivos específicos: - Organizar e qualificar uma equipe de formação dos jovens, que atue durante a realização do projeto; - Construir os passos necessários para desenvolver

projetos produtivos que fomentem o empreendedorismo contribuindo para geração de trabalho e renda no meio rural; - Estimular o cooperativismo e associativismo; - Contribuir para qualificar a intervenção da juventude junto aos espaços de participação e construção de políticas públicas; - Criar espaços que contribuam para: o desenvolvimento de novas relações sociais de respeito à diversidade cultural e étnica, a elevação da auto-estima do jovem, uma relação com o meio ambiente mais sustentável; - Elaborar e reproduzir material didático necessário à qualificação dos participantes do consórcio. (www.fetra-sul.org.br)

De uma maneira geral, o Consórcio se constitui em um processo de formação teórico e prático. A formação prevê 400 horas distribuídas entre aulas teóricas e práticas e outras atividades realizadas nas comunidades, como intercâmbios, pesquisas e reuniões comunitárias.

As aulas teóricas tratarão de temas como: juventude como sujeito social, desenvolvimento, políticas públicas para a juventude, organização da produção, agroindustrialização, comercialização, entre outros. As oficinas técnicas serão momentos de capacitação dos jovens na forma prática. Todas as oficinas dialogarão com os temas gerais dos 10 módulos teóricos.

O Consórcio pretende um diálogo constante entre os jovens rurais beneficiados por esta política, suas famílias, comunidades, municípios e micro-regiões. A avaliação inicial dos mediadores e formadores do Programa em relação ao processo de formação e viabilização de alternativas concretas para as famílias dos jovens rurais aponta para a necessidade deste diálogo constante na medida em que esta formação específica para a juventude rural é muito recente e se difere da formação geral centrada somente na organização sindical.

A formação destes jovens envolve ao mesmo tempo um processo de mudanças e resistência no modo de vida das famílias, pois diz respeito a transformações nas práticas produtivas e representações, no ethos cultural, na hierarquia patriarcal, nas relações de gênero, nas relações de trabalho, ou seja, no modo de vida em geral destes jovens e de suas famílias.

Como se trata de uma pesquisa em andamento, gostaríamos de tecer algumas considerações provisórias e que nos remetem para futuras questões de pesquisa. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a relevância da temática para pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento. Por outro lado, tratar a juventude como conceito não têm sido fácil, principalmente quando se confunde com a denominação de “adolescente”. Neste sentido, se torna necessário do ponto de vista teórico-metodológico identificar quais aspectos caracterizam estes jovens rurais específicos, participantes de movimentos sociais, projetos e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Para isto, propomos dois níveis de análise fundamentais e interrelacionados para o entendimento das problemática em questão. O primeiro, e nem por isso, mais importante, diz respeito à uma análise conjuntural e estrutural dos projetos, ações e políticas voltadas à agricultura familiar. Neste nível será possível identificar quais discursos e representações diferentes agentes

possuem a respeito da agricultura familiar e de que forma a juventude rural é abordada em seus projetos e ideologias. Por outro, o nível que envolve as famílias de agricultores, as unidades de produção, as representações e significados em relação ao futuro, as perspectivas de continuidade no meio rural, as percepções sobre a eficácia das políticas, qual o papel dos jovens neste processo de continuidade, quais as suas expectativas, desejos, em que aspectos se diferenciam de jovens rurais não-pertencentes à movimentos sociais, qual a importância da formação e capacitação político-ideológica neste processo, como se estabeleceu e se mantêm o vínculo com os mediadores, qual a importância dos mediadores, ações e políticas públicas para a reprodução social da agricultura familiar, etc.

São níveis de análise e questões que se confundem e que não poderão ser percebidas de maneira isolada. Ao mesmo tempo, em que é possível identificar um grupo social genericamente chamado de “juventude rural”, - na medida em que se diferenciam dos jovens urbanos e compartilham de um modo de vida diferenciado -, é necessário perceber as singularidades que constituem os jovens rurais e mais especificamente os jovens rurais que participam de movimentos sociais. Estes grupos de jovens se diferenciam entre si mediante as experiências que vão se somando e contribuindo para a formação de suas identidades. Neste sentido, compartilhamos com a definição de Roberto Cardoso de Oliveira (1976), sobre a “identidade contrastiva”, o que implica “a afirmação do nós diante dos outros”. Sob este ponto de vista a identidade surge a partir das oposições, seja, em relação aos adultos, seja em relação a outros grupos de jovens.

Para finalizar, partimos de algumas questões norteadoras, que nos permitem algumas considerações iniciais sobre os jovens a que estamos nos referindo. De uma maneira geral é possível afirmar que estes jovens rurais sentem-se mais comprometidos e apegados à família, em função de compromissos morais, valores culturais, tradição, laços de reciprocidade, projetos futuros, novas alternativas de trabalho e renda, etc o que têm motivado a sua permanência no meio rural. Os mesmos recebem apoio e incentivo de suas famílias, com raras exceções, na medida em que os membros ou pelo menos um dos membros da família compartilha dos princípios e ideologia do movimento social pelo qual o jovem participa. Os projetos e programas em que estes jovens estão inseridos, neste caso, o Consórcio da Juventude Rural, têm se constituído em um espaço de formação importante que sinaliza para uma possibilidade, uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Chapecó/Brasília – Convênio FAO/INCRA/CPPP-EPAGRI, Edições UNOESC, 1998.

ALMEIDA, M.W.B de. Redescobrimo a família rural. In: *RBCS*, n.1, vol.1, julho, 1986.

BACH, Celso Luís. **A Cooperação Agrícola como estratégia de Reprodução da Agricultura Familiar do Oeste Catarinense: o município de Saudades**. Pós Graduação em Extensão Rural. UFSM, Santa Maria, 2001.

BADALOTTI, Rosana M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da Apaco (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais**. (Tese de doutorado) Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2003.

BADALOTTI, Rosana M; REIS, Maria J. **Representações dos agricultores familiares sobre programas de cooperação agrícola e agroecologia**. In: GUIVANT, S. G.; SCHEIBE, L. F.; ASSMANN, S. J. (org). *Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural*. Florianópolis: Insular, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A força da representação**. In: *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996 (a).

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas/Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Editora Papirus, 1996 (b).

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006, Quito, Ecuador. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>. Acesso em: 05 fev. de 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Discurso e representação ou De como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas**. In: *A Aventura Antropológica - Teoria e Pesquisa*. Ruth Cardoso (org.), Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, 2a. ed.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.** In: Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs). Textos em Representações Sociais. Vozes, Petrópolis, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

POLI, Odilon. "Oeste Catarinense: Modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. in: POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais.** Chapecó, Editora Grifos, 1999.

POLI, Odilon L. **Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70.** Cadernos do Ceom. Chapecó, SC, v. 16, n. 15, p. 107-175, jun. 2002.

RENK, Arlene. **A reprodução social camponesa e suas representações. O caso de Palmitos-SC.** (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas.** Chapecó: Grifos, 2000.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Por uma sociologia da juventude: releituras contemporâneas. **Política e sociedade:** revista de sociologia política, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 31-58, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola/Centro João XXIII, 1993.

SILVESTRO, Milton. **Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: O Caso do Oeste Catarinense.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro, 1995.

SILVESTRO, Milton Luiz (et.al.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (Oeste para discussão).** Florianópolis: EPAGRI – Chapecó, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

Sites consultados:
www.mda.gov.br
www.fetrafsul.org.br

